



**ENTRANDO EM CASA DE PASSARINHOS:
IMPASSES ÉTICO-METODOLÓGICOS EM PESQUISAS COM CRIANÇAS
INSTITUCIONALIZADAS**

***Entering the house of birds:
ethical-methodological impasses in research with institutionalized
children***

Jéssica de Sousa Lima

Mestrado em Sociologia – PPGS pela Universidade Federal do Maranhão

E-mail: adv.jessicasousa@outlook.com

Emilene Leite de Sousa

Pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, professora do PPGS e
PPGSoc na Universidade Federal do Maranhão

E-mail: emilene.sousa@ufma.br

Áltera, João Pessoa, v.2, n.13, p. 144-163, jul./dez. 2021

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O mote desta pesquisa foi a experiência com a infância vivenciada em uma instituição de acolhimento na cidade de Imperatriz: a Casa da Criança. Neste artigo, refletimos sobre os impasses ético-metodológicos das pesquisas com crianças em situações de acolhimento. Avaliamos técnicas e instrumentos tradicionalmente usados no empreendimento etnográfico em suas limitações éticas. Neste percurso de realização da pesquisa, destacamos algumas ações a serem analisadas, como a elaboração de requerimento direcionado ao juízo da Vara da Infância e Juventude da comarca de Imperatriz; a autorização do magistrado mediante cláusula de sigilo da identidade das crianças; a assinatura da pesquisadora concordando com os termos estipulados, dentre eles, a preservação dos nomes, rostos – em desenhos e fotografias – e histórias de vida das crianças. Este artigo lançará luz sobre o impasse entre o reconhecimento das crianças como importantes sujeitos da pesquisa, sua participação nos textos etnográficos e o anonimato dessas mesmas crianças em situações de acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE:

Infância institucionalizada.
Metodologia. Ética. Anonimato.

ABSTRACT:

The motto of this research was the experience with childhood in a shelter in the city of Imperatriz: Casa da Criança. In this article, we reflect on the ethical-methodological impasses in research with children in foster care situations. We evaluate techniques and instruments traditionally used in the ethnographic enterprise in their ethical limitations. In this course of conducting the research, we highlight some actions to be analyzed, such as the elaboration of an application directed to the judgment of the Childhood and Youth Court of the district of Imperatriz; authorization of the magistrate through a confidentiality clause of the children's identity; signature of the researcher agreeing with the stipulated terms, including: preservation of names, faces – in drawings and photographs – and children's life stories. This article will shed light on the impasse between the recognition of children as important research subjects and their participation in ethnographic texts and the anonymity of these same children in foster care situations.

KEYWORDS:

Institutionalized childhood.
Methodology. Ethics. Anonymity.



INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado realizada em um ambiente de acolhimento infantil – a Casa da Criança¹ em Imperatriz (MA). É considerada a interação dos sujeitos da Casa da Criança com profissionais e também com outras instituições; o foco, porém, está nas crianças e na sua experiência de infância. Propomo-nos a compor uma etnografia nos termos de Geertz (1989), tratando-se de uma pesquisa não apenas *sobre*, mas *com* crianças, já que entendemos que elas produzem pesquisa conosco (FRANCISCO; BITTENCOURT, 2014, p. 1). Isso porque, segundo Clarice Cohn, a criança “interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações” (COHN, 2005, p. 28).

O método escolhido para ser utilizado é aquele por excelência da Antropologia, a etnografia. Isso porque consiste em uma metamorfose da experiência que foi vivida em uma escrita complexa; escrita essa que acolhe sensações, emoções, provocações, choque entre realidades, estranhamentos, empatia pelo lugar do outro, além do esforço máximo em organizar um texto isento de julgamentos e prenoções.

Como técnicas de pesquisa, realizamos entrevistas com os profissionais, observação direta e participante, desenhos elaborados pelas crianças e conversas informais com elas. Assim, analisamos a perspectiva das interações dessas crianças e como se dá a experiência com a infância entre elas, em um local onde não possuem autonomia ou singularidade, vivendo integralmente em contexto institucional. Buscamos entender por meios das técnicas acima enumeradas os seus discursos, as suas ações e os seus pensamentos (noções de representação) acerca de suas ações (MALINOWSKI, 1978).

O objetivo deste artigo, em especial, é uma análise dos impasses ético-metodológicos das pesquisas com crianças em situações de acolhimento. Avaliamos técnicas e instrumentos tradicionalmente usados no empreendimento etnográfico em

¹ A Casa da Criança é uma instituição de acolhimento para crianças de 0 a 9 anos de idade, advindas de situações consideradas de risco. Foi implementada entre os anos de 1997 e 1998 sob a denominação Casa de Passagem. A instituição conta com 46 funcionários, dos quais 25 são cuidadoras. Na fase inicial da pesquisa, estavam acolhidas 25 crianças; contudo, esse número varia constantemente, devido às recorrentes entradas e saídas de crianças.



suas limitações éticas, como a produção de fotografias e a autoria dos desenhos, considerando que essas crianças que se encontram sob tutela estatal não podem ter suas identidades expostas.

Durante a realização da pesquisa, certas ações foram necessárias. Analisaremos algumas delas, como a elaboração de requerimento direcionado ao juízo da Vara da Infância e Juventude da comarca de Imperatriz; a autorização do magistrado mediante cláusula de sigilo da identidade das crianças; e a assinatura da pesquisadora concordando com os termos estipulados, dentre eles: preservação dos nomes, rostos – em desenhos e fotografias – e histórias de vida das crianças.

Em decorrência desse anonimato, ficamos impossibilitadas de revelar o nome das crianças que participaram da pesquisa. Como o título da dissertação, em um primeiro momento, fazia menção a ninho, e posteriormente a casas de passarinhos, buscamos uma solução criativa diante da ocultação dos nomes das crianças. Assim, como no título deste artigo, a solução que encontramos para resolver esse impasse foi a utilização de nomes de passarinhos, a critério das pesquisadoras, que analisaram características do pássaro e da criança em questão, buscando uma associação poética².

Em tempos de reconhecimento das crianças como sujeitos de pesquisa e coautoras do texto etnográfico (SOUSA; PIRES, 2020), como omitir nomes e rostos? Como expor desenhos sem suas autorias? (SOUSA; PIRES, 2021). Como encontrar uma ética que proteja as crianças sem as destituir de sua posição de sujeitos de direitos, com potencial de autoria e participação? Como garantir a sua proteção sem excluir a sua potência? (BARBOSA, 2014).

O argumento que norteia o presente artigo está fundamentado no direito das crianças de serem protagonistas e exercerem sua autonomia quanto à aparição ou ao anonimato de seus rostos e nomes nas pesquisas que as tenham como sujeitos, pensando em como essa agência pode ser exercida por crianças que se encontram em situação de acolhimento.

Este artigo se dedicará a essas e outras questões ético-metodológicas de pesquisa com crianças em situação de institucionalização, lançando luz sobre o impasse

² Para maiores detalhes sobre a pesquisa original, ler Lima (2021).



entre o reconhecimento das crianças como importantes sujeitos da pesquisa com participação nos textos etnográficos e o anonimato dessas mesmas crianças em situações de acolhimento.

ENTRANDO EM CASA DE PASSARINHOS

Os primeiros contatos com a Casa da Criança se deram no início de novembro de 2018, embora tenham se restringido ao diálogo com algumas das funcionárias do abrigo – em especial com a pedagoga, a assistente social e a coordenadora. Nesse momento, buscávamos informações gerais e públicas acerca da instituição em questão; e analisávamos a viabilidade de se realizar uma pesquisa de mestrado naquele lugar³.

Chegamos à instituição sem saber exatamente como ocorria seu funcionamento ou quem eram as crianças que ali se encontravam. A Casa da Criança não se trata de um orfanato que recebe crianças cujos pais não as queiram criar, mas sim de uma instituição de acolhimento para crianças que são recolhidas, pelo Conselho Tutelar, de situações de abandono, ou de situações que o poder público considera perigosas ou degradantes. As crianças ali permanecem enquanto a Vara da Infância e Juventude decide o destino da sua guarda – se a criança retornará ao lar original ou se terá sua guarda parental destituída e será disponibilizada para adoção (LIMA, 2021).

A Casa da Criança mantém parcerias firmadas com instituições/pessoas privadas que ajudam a mantê-la funcionando, visto que o patrocínio público não é de todo suficiente para satisfazer com plenitude as necessidades das crianças.

Em janeiro de 2019, demos início à observação direta e participante com as crianças, embora restringida a pouco tempo de visitação. Essa limitação foi modificada no mês seguinte, quando obtivemos uma autorização judicial para pesquisar na instituição de acolhimento, o que nos possibilitou permanecer no recinto por tempo prolongado em comparação às visitas públicas, sem que os funcionários da coordenação

³ Os dados de campo foram produzidos de maneira aprofundada por Lima e esporadicamente por Sousa, sob a orientação da segunda, sendo revisitados aqui por ambas. Para ter acesso ao resultado final da pesquisa, ver Lima (2021).



nação nos cercassem e “relembassem” que estava na hora de partir.

Ponderamos o quanto este trabalho suscita sensibilidades ao ser realizado em uma instituição de acolhimento. Algumas crianças que ali estão vivenciaram situações extremamente delicadas e outras incrivelmente dolorosas, muito além da realidade que em geral conhecemos. Uma boa dose de empatia é necessária nesse campo, uma vez que precisamos nos desprender de julgamentos e olhar para as crianças como elas são, não através dos traumas que sofreram – embora suas histórias contribuam para ser quem são.

Feitosa (2011) afirma:

Trilhar numa pesquisa com crianças é um universo que envolve observação, falas, ideias, corpos, vidas, estranhamento, gestos e movimentos. São olhares, risos, lembranças que me tocam, me sensibilizam, sobretudo, porque a temática na qual se inscreve esta pesquisa “Crianças abrigadas” me coloca a pensar e a usar de certa ousadia ao me deparar com uma realidade desconhecida (FEITOSA, 2011, p. 15).

A nossa entrada em campo não foi facilitada, e foi de suma importância ter recebido o apoio da pedagoga do abrigo, pois já na primeira visita ela se mostrou disposta a contribuir com a obtenção de dados em campo e a facilitar nossa interação com as crianças. O mesmo não ocorreu com os demais funcionários logo no início, que se mostraram menos flexíveis na colaboração e disposição de informações.

Além disso, foi preciso obter uma autorização judicial para realizar a pesquisa e conseguir permanecer no abrigo por longas horas, uma vez que antes disso era possível ficar na Casa apenas por trinta minutos, o tempo de uma visita comum.

Mesmo com a autorização, os funcionários não se mostravam abertos a colaborar. Nós nos sentíamos intrusas, literalmente. Os olhares mostravam que nós incomodávamos, e até hoje não sabemos se entenderam exatamente o que fazíamos naquele campo. As próprias crianças não nos viam como pesquisadoras, mas como “tias” ou possíveis adotantes. Até mesmo algumas funcionárias nos enxergavam como possíveis adotantes. Houve situações em que ouvimos uma cuidadora incentivar uma criança a olhar e dizer para uma de nós: “Tia, me leva *pra* casa da senhora?”.



autorização para, durante 02 (dois) anos:

1. Acessar à Casa da Criança por 4h (quatro horas) ao dia, 03 (três) vezes por semana, com o intuito de acompanhar momentos específicos da rotina das crianças, além daqueles habitualmente permitidos ao público imperatrizense;
2. Acompanhar, eventualmente, as crianças até o ambiente escolar e ali permanecer durante a ministração das aulas, visando observar a interação com outras crianças e professores;
3. Realizar entrevistas com funcionários da Casa;
4. Promover diálogos com as crianças por meio de suas formas de comunicação, tais como desenhos e redações;
5. Verificar as representações de família e lar e também produção de afeto, inclusive durante possíveis processos de adoção que se realizarem durante o período da pesquisa;
6. Participar de possíveis passeios e momentos festivos, tais como Dia das Crianças, Natal etc.

Diante do exposto, peço deferimento.

Figura 1 - Requerimento de Autorização (Lima, 2021).

Por mais que tenhamos explicado aos funcionários o que fazíamos ali, eles sempre tornavam a perguntar: “Vocês trabalham com o que mesmo?”. Isso parecia significar: “o que vocês estão fazendo aqui?”. Ou então perguntava para uma de nós: “Você é a nova pedagoga? Ah! Eu pensava que você estava trabalhando com a atual pedagoga”.

Ressaltamos, desde já, que a pedagoga se tornou uma “informante qualificada” dentro da instituição, nos termos de Malinowski (1978), sendo ela quem presta informações e a quem nós podíamos recorrer em caso de quaisquer dúvidas. Configurou-se, então, um dos obstáculos para uma pesquisa que, além de *sobre*, se definia como uma pesquisa *com* crianças; pois, em vez de termos nossa principal informante dentre as crianças, tratava-se de uma adulta. Isso ocorreu porque havia poucos momentos em que as crianças podiam conversar sossegadas conosco sem a interferência de algum adulto, diante de tamanha vigilância e controle aos quais estavam submetidas.

Já as crianças se sentiam mais à vontade com a nossa presença, embora coubesse a nós a tarefa de esperar até que elas demonstrassem interesse em brincar ou conversar conosco. Assim, compartilhavam brincadeiras criativas e um pouco de



si, contando como se sentiam, como tinha sido na escola, no recreio e, às vezes, até mesmo sobre a saudade ou não da família e dos tempos de outrora. Sentavam no chão conosco, rabiscavam nossos cadernos, perguntavam curiosas sobre nós e nossos objetos, e também compartilhavam seus pensamentos e histórias.

As conversas informais nos permitiram obter dados e realizar análises, embora algumas das informações não possam ser compartilhadas, porque fomos impedidas pela secretária judicial de divulgar a identidade ou a história detalhada das crianças. Além disso, Pires (2011) alerta:

Sejam éticos, nem tudo que lhe dizem deve ser divulgado ou publicado. Às vezes, se diz ao antropólogo o que se diz ao confessor. Que antropólogo não tem no baú da memória histórias guardadas a sete chaves? Nos foi dito para ser publicizado ou foi nos dito como desabafo? Cada caso é um caso (PIRES, 2011, p. 145).

Destacamos a dificuldade que existe em se propor a fazer uma etnografia em um local nos moldes de uma instituição total⁴. Tratando-se de um lugar extremamente regido por regras, há ali uma monotonia na rotina, o que gera uma ausência de eventos: todos os dias são praticamente iguais (LIMA, 2021). Agrega-se a isso o fato de ser uma instituição que está sob tutela estatal, na qual não podíamos residir ou dormir, por exemplo, a fim de acompanharmos presencial e integralmente todos os momentos das crianças.

Nesse sentido, o horário rigidamente pré-determinado nos colocava em contato com as crianças apenas em alguns momentos do dia. Isso não ajudava muito, já que lá a rotina é seguida rigorosamente todos os dias. Não parecia fazer diferença em que dia chegávamos à casa, já que todos eram iguais. Sendo controladas em todas as suas condutas, não havia muito que se pudesse descrever sobre as crianças, a não ser sobre a rotina enfadonha, os pequenos e escassos imponderáveis, e as interessantes, mas resumidas narrativas sobre suas histórias, contadas em momentos fugazes em que as cuidadoras nos deixavam a sós.

⁴ As Instituições Totais (GOFFMAN, 1961) são caracterizadas pelo enclausuramento dos seus indivíduos – a exemplo dos internatos, abrigos, manicômios e prisões – em locais/instituições onde os homens possuem limitadas interações com outras pessoas, as quais frequentemente são as mesmas. Aqui, tendo em vista as características da Casa da Criança e uma vasta presença de normas, tomamos a Instituição Total apresentada por Goffman como um tipo ideal, que não existe tal qual atualmente, mas que nos serviu como parâmetro para que pudéssemos entender melhor como ocorre o funcionamento dessa instituição de acolhimento infantil.

ÉTICA EM PESQUISAS COM CRIANÇAS

Em estudos de Antropologia, enfatiza-se muito a máxima de “dar voz aos nativos”. Sobretudo em Antropologia da Criança, nota-se um esforço em permitir que essa máxima se materialize (COLLARD; LEBLIC, 2009; LEIFSEN, 2012; RIBEIRO, 2015; SOUSA; PIRES, 2020). Se por muito tempo as crianças foram silenciadas e negligenciadas, tanto culturalmente quanto em termos de pesquisa, hoje suas falas e ações são incluídas e valorizadas. Nota-se um esforço para permitir que elas sejam reconhecidas de fato como os sujeitos de pesquisa que são; não invisíveis, mas participantes ativas e, inclusive, coautoras dos textos finais (SOUSA; PIRES, 2020).

O dever de escuta e de inclusão das crianças como participantes em pesquisas é, no campo acadêmico, um desdobramento da “nova sensibilidade” formalmente inaugurada com a CDC. Analisando a produção bibliográfica brasileira sobre o “direito de participação” de crianças e adolescentes, Rosemberg e Mariano (2010) identificaram duas ênfases: uma que está colocada na pesquisa sobre a escuta de crianças e a outra, desenvolvida principalmente na área da educação, debate os significados, as implicações e, para alguns, os “desatinos políticos-ideológicos do chamado protagonismo infantil ou juvenil” (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p. 720). Collard e Leblic (2009), tomando como objeto de análise a produção antropológica focada nas infâncias em perigo, observam que, também em relação a estas, a promulgação da CDC incitou a realização de pesquisas preocupadas em coletar seus pontos de vista. No entanto, no âmbito destes estudos, a colocação em prática do ideal de participação enfrentaria importantes limites. As autoras alertam que em boa parte dos estudos fala-se das crianças a partir dos adultos, ou tende-se a subsumir as vozes individuais ao grupo (RIBEIRO, 2015, p. 51-52).

Contudo, os antropólogos têm encontrado dificuldade em tornar essas crianças conhecidas e legitimadas como coautoras, especialmente pelas discussões éticas que envolvem esses trabalhos e conduzem as crianças a serem camufladas ao longo das construções etnográficas, tendo seus nomes e identidades ocultados. Assim,

apesar do reconhecimento da Antropologia da Criança de que estas crianças são atores sociais importantes em suas culturas e tornando-as sujeitos nas pesquisas – mesmo atuando como interlocutoras privilegiadas – elas terminam não sendo coautoras dos textos que são produtos finais. Isto é, são sujeitos da pesquisa, cujo ponto de vista orienta nossas ações em campo, mas desaparecem nos textos etnográficos, sem terem seus nomes, rostos e vozes realmente levadas em conta (SOUSA; PIRES, 2020, p. 142).

Sousa e Pires (2020) refletem, ainda, sobre o impasse em se considerar as crianças como sujeitos de pesquisa quando suas ações são regidas por decisões dos



adultos que as tutelam. Assim, sugerem que:

Estas crianças tomadas como sujeitos de pesquisa perderão o estatuto de sujeitos se tiverem seus nomes, seus rostos e suas vozes omitidas. Quando se sugere que as pessoas fotografadas sejam consultadas e que delas se solicite autorização, lembramos que, no caso das crianças, quem assina e autoriza são os adultos. Ora, seriam ainda consideradas sujeitos da pesquisa? Estas a quem rostos, vozes e nomes não são autorizados a serem publicizados por elas mesmas? (SOUSA; PIRES, 2020, p. 145).

Entretanto, consideramos as crianças como importantes interlocutoras das pesquisas antropológicas, especialmente das que se utilizam do seu método por excelência, a etnografia. Uma vez que o pesquisador inicia sua pesquisa, as crianças geralmente são as primeiras a segurarem sua mão e lhe guiarem campo adentro. Na Casa da Criança foi assim; tão logo pisamos no pátio do abrigo, as crianças nos rodearam, seguraram nossas mãos e não hesitaram em nos conduzir pelo corredor apontando os cômodos: “ali é onde guardamos as roupas”, “esse é o banheiro”, “aqui é nosso quarto”, “aquela ali é minha cama”, dentre outras informações. A respeito disso, Sousa e Pires anunciam:

A realidade é que em boa parte das pesquisas antropológicas as crianças fazem parte do processo de qualquer maneira, simplesmente pelo fato de “estarem lá”, recebendo o pesquisador em suas comunidades, servindo-lhe de guias, levando recados, fazendo mandados a pedido de seus pais que auxiliam o pesquisador, mas apesar desta participação, muitas vezes elas são silenciadas (SOUSA; PIRES, 2020, p. 144).

Ao se realizar uma pesquisa sobre e com crianças em situação de acolhimento, nota-se a existência de procedimentos que precisam ser adotados a fim de se evitem futuros impasses éticos e complicações para o pesquisador. Nesse sentido, impõe-se a obrigatoriedade de se emitir um Termo de Consentimento para a pesquisa.

Uma particularidade desta pesquisa, por ter sido realizada em um abrigo para crianças advindas de situações consideradas de risco e que estão sob proteção estatal, é que em vez de um Termo de Consentimento assinado pelo próprio sujeito ou pelos responsáveis, precisamos formular um Requerimento de Autorização para Pesquisa Etnográfica na Casa da Criança e submetê-lo à apreciação do juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz, solicitando autorização para permanecer em campo por mais horas do que o permitido ao público em geral, dialogar



com as crianças, acompanhá-las durante as aulas nas escolas, participar de datas festivas, dentre outras atividades. Nosso pedido foi deferido, contudo fomos alertadas verbalmente da proibição de revelar nomes e rostos – em desenhos e fotografias – e histórias de vida das crianças.

Uma das particularidades da pesquisa com crianças que estão abrigadas é a falta de autonomia (LIMA; SOUSA, 2020), pois quase tudo o que lhe diz respeito é decidido e controlado pelos adultos responsáveis por seu acolhimento (funcionários do abrigo, membros do Conselho Tutelar, juízo da Vara da Infância e Juventude).

Percebemos, então, que a falta de autonomia das crianças começa no momento da aceitação em participar da pesquisa, pois em vez de serem redigidos Termos de Consentimento direcionados a elas (como ocorre em outras pesquisas com crianças, ao serem solicitadas assinaturas ou desenhos que expressem a vontade em participar da pesquisa), neste caso foi redigido somente um Requerimento direcionado ao juízo da Vara da Infância e Juventude, tendo sido ele quem autorizou a realização da pesquisa e interação com as crianças.

Delgado e Müller defendem que deve ser garantido à criança o direito de participar ou não da pesquisa. Para as autoras,

o uso de fotografias ou filmagem, as entrevistas com crianças e as análises dos dados segundo um ponto de vista adulto é algo autoritário. Podemos negociar com as crianças todos os aspectos e etapas das investigações: a entrada no campo e nossos objetivos, quais crianças querem realmente participar da pesquisa e contribuir com a coleta de dados (DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 355).

Contudo, destacamos que de nada valeria essa autorização se as crianças se recusassem a participar da pesquisa (conversar com as pesquisadoras, contar suas histórias, construir os desenhos). Por isso, para Silva (2018), somos nós quem dependemos das crianças, inclusive de sua aceitação.

Importante destacar que tais procedimentos, inclusive o Termo, são pensados de uma forma adulto-cêntrica – com a necessidade de assinaturas, por exemplo –, ignorando as particularidades das crianças, sobretudo as variações de idade destas. Vejamos:

Até mesmo os modos de solicitar consentimento são pensados por adultos num padrão adultocêntrico, são feitos por escrito, exigem assinaturas



e, no mais das vezes, uma compreensão de direitos. Além do mais, estes termos não respeitam as condições das crianças e a diversidade da categoria, pois há uma diferença enorme entre fazer pesquisa com crianças de dois anos ou de doze anos (FRANCISCO; BITTENCOURT, 2014, p. 1).

Há que se considerar, ainda, os conflitos entre a pesquisa antropológica e os obstáculos legislativos:

No Brasil, onde as crianças são consideradas vulneráveis, as pesquisas dependem de aprovação prévia nos comitês de ética. Isso torna tensa a relação entre os projetos de pesquisa antropológicos com crianças e a legislação, uma vez que esta se equivoca em três aspectos: a) considera as crianças como vulneráveis esquecendo-se da participação e protagonismo delas; b) se contrapõem ao método etnográfico já que exige uma metodologia definida antes da entrada em campo – esta discussão tem a ver com o conceito de ciência; c) restringe a captação e divulgação de imagens e de produtos realizados por crianças – quando nós antropólogas queremos garantir a participação das crianças e dar-lhes o direito de publicar suas imagens, seus nomes e suas contribuições intelectuais (SOUSA; PIRES, 2020, p. 146).

Acerca da ocultação de nomes e identidade das crianças ao longo dos textos etnográficos, os autores (KRAMER, 2002; SOUSA; PIRES, 2020; LIMA, 2021) se debatem no impasse de que os sujeitos da pesquisa acabam se dissolvendo e sendo desconsiderados, ainda que estes sejam os principais produtores do texto final.

Assim, tendem a optar por alternativas para evitar problemas, fazendo uso de nomes fictícios, das iniciais dos nomes verdadeiros ou pedindo que as crianças escolham como querem ser chamadas, por exemplo. Sonia Kramer (2002) explica que tem sido feito, no Brasil,

um sério esforço para consolidar uma visão da criança como cidadã, sujeito criativo, indivíduo social, produtora da cultura e da história, ao mesmo tempo em que é produzida na história e na cultura que lhe são contemporâneas. As pesquisas discutidas neste texto são também fruto desse esforço (KRAMER, 2002, p. 43).

E, por isso, a autora é contra a utilização de números, iniciais ou primeiras letras do nome para remeter às crianças, pois entende que essa atitude “negava a sua condição de sujeitos, desconsiderava a sua identidade, simplesmente apagava quem eram e as relegava a um anonimato incoerente com o referencial teórico que orientava a pesquisa” (KRAMER, 2002, p. 47). Contudo, a autora também entende que nos contextos em que “a revelação dos nomes se constituía em risco real, tornou-se



necessário, em muitas situações, usar nomes fictícios” (KRAMER, 2002, p. 47), que é justamente nosso enquadramento.

No caso de uma pesquisa com crianças que vieram de situações consideradas *de risco* e que são, portanto, vulneráveis, realmente se faz necessário que sejam ocultados os seus nomes verdadeiros com fins de preservação e proteção das mesmas. Em uma via de mão dupla, a ocultação também serve para evitar futuros problemas judiciais por parte do pesquisador (LIMA, 2021). Nesse caso específico de crianças residentes em abrigo, o anonimato recai, sobretudo, sobre as crianças que sofreram abusos ou violências e busca, principalmente, protegê-las da exposição aos adultos que lhes causaram dano físico ou psicológico. Por isso:

Não ignoramos o fato de que em determinadas situações os direitos de proteção se sobrepõem aos direitos de participação. São mais delicados os casos das crianças abrigadas, em orfanatos, casas de passagem ou de acolhimento, em transição de identidades sexuais ou em conflito com suas construções de gênero e muitas outras possibilidades de pesquisa. Existem situações em que as crianças não devem e não podem ser identificadas, sob o risco de que o antropólogo incorra em crime respondendo judicialmente (SOUSA; PIRES, 2020, p. 146).

Essa é uma preocupação recorrente que permeia as pesquisas realizadas em ambientes de acolhimento infanto-juvenil, e os autores frequentemente expõem essa dificuldade em seus textos. Vejamos o que diz Prestes (2010):

Com o intuito de preservar a identidade das crianças e adolescentes abrigados junto dos quais a pesquisa se deu, tratarei esses dois espaços apenas como “Casa-Lar” e “Fundação”, designações que fazem parte de seus nomes, mas não permitem a identificação dos ambientes institucionais envolvidos. Ainda com esse objetivo, os nomes de todos os internos e funcionários dos Abrigos foram substituídos. Apenas no caso dos adultos entrevistados não há alteração, em face da autorização dos mesmos, para utilização de seus nomes reais (PRESTES, 2010, p. 15-16).

Por outro lado, torna-se primordial compreender que crianças são sujeitos e não meros objetos de pesquisa, como afirma Priscilla Alderson (2005). Isso implica o entendimento de que crianças falam por si próprias e contam suas versões dos fatos. Nós mesmas fomos surpreendidas no início da pesquisa quando uma criança sentou no chão conosco, começou a conversar e brincar e, de forma espontânea, contou-nos uma triste situação de um suposto abuso sexual cometido por um desconhecido com a permissão da irmã mais velha.



Mais tarde a pedagoga do abrigo nos alertou que a história narrada se tratava, na verdade, do caso de outra criança que estava no abrigo, não da menina que nos havia narrado. Como essas crianças compartilham suas histórias? Por que a menina se apropriou da história de outra colega e nos contou como sendo sua? São questões a serem feitas. Contudo, essa situação nos faz pensar na afirmação da autora de que “reconhecer as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem ‘falar’ em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas” (ALDERSON, 2005, p. 423).

Assim, de modo geral,

o pesquisador se esforça para estabelecer um diálogo com a (ou as) criança(s) em seu trabalho de campo e se esforça também para, na escrita do texto, mediar outros diálogos, entre os sentidos apresentados pelas crianças e aqueles provenientes da cultura adulta, seus e de seus leitores (PRADO; FREITAS, 2018, p. 1).

Deparamo-nos, então, com um conflito: a narração feita pela criança e a negação feita pelo adulto. São questões que nos levaram a pensar sobre até que ponto nós, pesquisadores, realmente aceitamos as crianças como, de fato, sujeitos capazes. Nesse sentido, Delgado e Müller debatem:

Com certeza, o respeito pelo grupo pesquisado e por suas próprias visões e habilidades deve ser um primeiro ponto de partida. A estratégia envolve novamente a consideração de concepções sobre as crianças. Reconhecê-las como sujeitos, ao invés de objetos de pesquisa, envolve aceitar que as crianças podem falar em seu próprio direito, que são capazes de descrever experiências válidas (DELGADO; MÜLLER 2005, p. 172).

É importante refletirmos, também, sobre a particularidade das pesquisas com seres humanos, uma vez que esses interlocutores conduzem o pesquisador em campo no quesito de acesso a informações. Assim, existe um poder por parte desses sujeitos durante a pesquisa, especialmente pelas crianças – pois são particularmente espertas. Estas manuseiam as informações que são levadas ao pesquisador, podendo facilitar ou dificultar a atuação do mesmo. Algumas vezes pode ser até engraçado quando as crianças negociam ou manipulam essas informações⁵. Vejamos:

Como consequência da diferença entre pesquisas *em* e pesquisas *com* se-

⁵ Cabe ressaltar que esse controle das impressões (BERREMAN, 1975) é feito não apenas pelas crianças, mas por todos os sujeitos de pesquisa. Cada um escolhe o que deseja mostrar ao pesquisador.



res humanos, não podemos esquecer que os interlocutores – todos eles, inclusive as crianças – contra argumentam, discordam, se defendem, complexificam ou simplificam o que o pesquisador investiga. Negociam, sovinam, secretam e forjam realidades e informações e manipulam as relações com o pesquisador (SOUSA; PIRES, 2020, p. 145).

Essa característica se manifestou bastante em campo, onde histórias foram narradas espontaneamente pelas crianças, e estas revelaram detalhes e informações que foram fundamentais para a construção deste texto. Nesse sentido, Delgado e Müller (2005, p. 172) afirmam que, ao envolvermos as crianças em nossas pesquisas, “podemos salvá-las do silêncio e da exclusão em que as mantiveram os trabalhos mais tradicionais”.

Ainda, há uma particularidade já mencionada em realizar pesquisas em um ambiente de acolhimento infantil: a rotina é tão controlada que não fizemos uso de entrevistas em horários marcados e com a utilização de gravadores. Optamos por permitir que os diálogos e as brincadeiras ocorressem no tempo das crianças. Essa escolha também foi feita por outros autores que pesquisaram em locais semelhantes. Vejamos:

Cabe aqui uma observação: é possível que esta forma de pesquisa, sem a utilização de instrumentos de captura de voz instantânea, possa vir a ser questionada como uma forma imprópria de realização de um estudo antropológico. Sobre isso, importa dizer que este trabalho foi realizado com base no compromisso de trazer à luz um contexto muito pouco privilegiado pelo campo das Ciências Sociais, e, nesse sentido, a escolha que foi feita está para além de uma suposta “impropriedade instrumental”, posto que, aqui, maior importância havia em dar voz às crianças e adolescentes do que silenciá-los à espera de um recurso ou momento válido (PRESTES, 2010, p. 16).

No que diz respeito à ocultação de nomes, em nossa pesquisa ficamos receosos de pedir às crianças que escolhessem como queriam ser chamadas e estas acabassem por escolher nomes de membros da família ou pessoas que fizeram parte da sua trajetória, correndo o risco de serem identificadas ao longo do texto. Assim, fazendo uma menção ao título deste artigo, a solução criativa para resolvermos este impasse foi a utilização de nomes de passarinhos, a critério das pesquisadoras, que analisaram características do pássaro e da criança, buscando uma associação poética.

Contudo, as faixas etárias foram mantidas e informadas de forma real no texto final da pesquisa. Já os desenhos foram utilizados para fundamentar determinadas



análises feitas, objetivando compreender falas e ações das crianças, prezando por recortar ou embaçar possíveis identificações. Quase todos os desenhos foram feitos de forma espontânea no caderno de campo, como uma forma de brincadeira ou como meio de disputar a atenção das pesquisadoras, com exceção daqueles que solicitamos especificamente com o fim de analisar as noções de família e lar que eram caras aos objetivos da pesquisa.

Na relação com os funcionários da casa também foi necessário que perseverássemos, pois muitas vezes recebemos olhares que diziam “por que estão nos vigiando?” ou “afastem um pouco mais para não ouvir nossa conversa”, até que finalmente alguns se sentiram mais livres para conversar e compartilhar informações. Essa é uma dificuldade recorrente nos ambientes de acolhimento, onde preponderam as noções de proteção e sigilo. Assim,

as escolas são mais acessíveis do que os internatos, os asilos para os sem-abrigo ou os grupos de apoio para mães solteiras adolescentes. O desejo dos responsáveis de proteger a privacidade dos que têm ao seu cuidado é compreensível e louvável, mas existem grupos de crianças acerca dos quais não se conhece, necessitando por isso de aprofundar esse conhecimento (GRAUE; WALSH, 2003, p. 121-122).

Ressaltamos a dificuldade que existe ao se fazer uma etnografia na ausência de eventos (LIMA, 2021). A instituição estabelece uma rotina tão igual todos os dias, quase sem adversidades, na qual o uso do tempo e dos espaços é tão padronizado, coletivo, monótono, que terminamos por descrever muito mais o funcionamento da Casa e as falas das crianças do que necessariamente as ações dessas crianças, pois suas ações são poucas e restritas. Há um excesso de controle, e as crianças quase nunca estão sozinhas, nem mesmo com a pesquisadora.

Como construir um texto com as crianças em um espaço onde elas não têm voz? Como colocar suas mãozinhas no texto se as cuidadoras não permitem? Esta observação é contrária àquilo que ocorreu no início da Antropologia da Criança no Brasil, quando a participação das crianças em suas culturas era tão evidente que os antropólogos se viram em uma situação em que era difícil negligenciá-las (RIBEIRO, 2015; CUNHA, 2017). Agora, chegamos a um estágio dos estudos da infância em que nos dedicamos e nos dispomos a buscar essas agências em distintos contextos, sen-

do surpreendidos vez ou outra, como ocorreu na Casa da Criança, com espaços em que as agências infantis são tolhidas e as crianças, quase impedidas de agirem (LIMA, 2021; LIMA; SOUSA, 2020). Assim,

falta um longo caminho para que estas mesmas crianças, que aparecem pelos caminhos etnográficos nas situações mais inusitadas de pesquisa, possam aparecer nos textos, sendo reconhecidas em seus esforços e contribuições intelectuais para os empreendimentos etnográficos concluídos (SOUSA; PIRES, 2020, p. 147).

Por fim, o caminho ético-metodológico desta pesquisa foi muito mais complexo e percorrido em passos leves e atentos, pois assim como as crianças, nós também éramos observadas a cada passo ou ação realizada dentro dos muros da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, dedicamo-nos a uma análise dos impasses ético-metodológicos em pesquisas *com e sobre* crianças, com foco na vivência da infância institucionalizada, a partir de escritas de autores dessa seara e da experiência que obtivemos pesquisando em uma instituição de acolhimento em Imperatriz, Maranhão. Assim, debatemos algumas questões ético-metodológicas de pesquisa com crianças em situação de institucionalização, lançando luz sobre o impasse entre o reconhecimento das crianças como importantes sujeitos da pesquisa com participação nos textos etnográficos e o anonimato dessas mesmas crianças em situações de acolhimento.

O método utilizado foi aquele por excelência da antropologia, a etnografia. Como técnicas de pesquisa realizamos entrevistas com os profissionais, observação direta e participante, desenhos elaborados pelas crianças e conversas informais com elas.

Diante disso, partimos do pressuposto de que as crianças possuem direito de serem protagonistas e exercerem sua autonomia quanto à aparição ou ao anonimato de seus rostos e nomes nas pesquisas que as tenham como sujeitos, pensando em como essa agência pode ser exercida por crianças que se encontram em situação de acolhimento.

Contudo, no decorrer da pesquisa, encontramos inúmeras dificuldades, como



a pouca abertura da instituição para a presença demorada de terceiros, a pandemia de Covid-19 e, sobretudo, o próprio funcionamento da Casa, resultando em um trabalho muito mais *sobre* crianças e o funcionamento da instituição e menos *com* a participação efetiva das ações dessas crianças.

Para iniciarmos a pesquisa, foi preciso obter uma autorização judicial para pesquisarmos com as crianças e realizarmos o empreendimento etnográfico. Apesar disso, para que o trabalho fosse possível, precisamos concordar com uma cláusula de anonimato das crianças, sendo proibido revelar seus rostos e identidades – posicionamento esse que vai de encontro ao que é sustentado pela Antropologia.

Assim, estivemos em um impasse entre a proteção exercida pelo Estado sobre a tutela das crianças que residem no abrigo e o ideal antropológico de que as crianças são agentes plenos para decidirem sobre sua aparição nos textos etnográficos.

No caso da Casa da Criança, a infância é vivenciada em uma rotina sistematizada e marcada por um excesso de organização e controle. Essas crianças possuem um cotidiano sem barulhos e brincadeiras, sendo constantemente silenciadas. Como deixar que elas desordenassem nossas ideias, dúvidas, hipóteses e nos desafiassem nas análises se elas mal podiam se mexer? Se em cada ato de espontaneidade e criança – no melhor significado do termo – chamam-lhes a atenção e ordenam-lhes a se comportarem, engessadas? Como brincar de esconde-esconde se nenhuma das crianças pode se perder de vista das cuidadoras e se meninos e meninas mal podem interagir?

Assim, concluímos que, se existem dificuldades em pesquisas *com* e *sobre* crianças, essas são aumentadas em uma instituição de acolhimento, local onde vivem sob o excesso de proteção e controle, sob uma redoma estatal e olhos atentos e disciplinadores das cuidadoras, o que limita tanto a agência e o protagonismo infantil, quanto a atuação dos pesquisadores e etnógrafos.



REFERÊNCIAS

- ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-442, maio/ago. 2005.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A ética na pesquisa etnográfica com crianças: primeiras problematizações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 235-245, jan./jun. 2014.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e Controle de Impressões em uma Aldeia do Himalaia. In: A. Zaluar (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 123-174.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COLLARD, Chantal; LEBLIC, Isabelle. Présentation – Enfances en péril: abandon, capture, inceste. **Anthropologie et Sociétés**, Québec, v. 33, n. 1, p. 7-30, 2009.
- CUNHA, Sandra Mara da. Pesquisa com crianças: implicações teóricas, éticas e metodológicas. CONGRESO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGACIÓN CUALITATIVA, 6, 12-14 jul. 2017, Salamanca. **Anais [...]**. Universidad de Salamanca: Salamanca/Espanha, 2017.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da Infância: Pesquisa com Crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005.
- FEITOSA, Antônio Genivaldo Silva. **A Infância Abrigada: Impressões das Crianças na Casa Abrigo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- FRANCISCO, Deise Juliana; BITTENCOURT, Ivanise. Ética em pesquisa com crianças: problematizações sobre termo de assentimento. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA, 2., 2014, Porto Alegre. Anais eletrônico [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://paginas.urisantigo.br/userfiles/Termo%20Assentimento.pdf>> Acesso em 04 abr. 2022.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Aplicada, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.
- GRAUE, Elizabeth; WALSH, Daniel. **Investigação Etnográfica com crianças**. Teorias, métodos e ética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- KRAMER, Sônia. Autoria e Autorização: questões éticas nas pesquisas com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002.
- LEIFSEN, Esben. Los usos del principio “el interés superior de la niñez” en la admi-



nistración y las políticas de la infancia ecuatoriana. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVI, n. 395, [s.p.] 2012.

LIMA, Jéssica de Sousa. **Casa De Passarinho**: a experiência com a infância vivenciada pelas crianças em uma instituição de acolhimento em Imperatriz – MA. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

LIMA, Jéssica de Sousa; SOUSA, Emilene Leite de. Autonomia das crianças versus controle institucional: uma análise da agência infantil em uma casa abrigo de Imperatriz. **Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS)**, São Luís, v. 17, n. 33, p. 297-318, jan./jun. 2020. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v17n33p297-318>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução**: Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

PIRES, Flávia Ferreira. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. **Cadernos De Campo**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 143-148, 2011.

PRADO, Renata Costa Lago; FREITAS, Marcos Cezar de. **Concepções de infância, ética e vulnerabilidade na pesquisa com crianças**. In: FONSECA, Cláudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (Org.). Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

PRESTES, Andréia Baia. **Ao Abrigo da Família**: emoções, cotidianos e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Os Cabelos De Jennifer: por etnografias da participação de ‘crianças e adolescentes’ em contextos da ‘proteção à infância’. **Política & Trabalho**, João Pessoa, nº 43, p. 49-64, jul./dez. 2015.

SILVA, Antônio Luiz da. Aspectos éticos na pesquisa etnográfica que inclui crianças: reflexões oriundas de Catingueira – PB. **C&D**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 3, p. 653-671, set./dez. 2018.

SOUSA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia Ferreira. ‘Entendeu ou quer que eu desenhe?’: Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, ago. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200003>> Acesso em: 28 mar. 2022.

SOUSA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia Ferreira. ‘Vai Entrar No Livro?’: A participação das crianças das pesquisas de campo aos textos etnográficos. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, dez. 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2077>> Acesso em: 28 mar. 2022.

Recebido em: 25/06/2021

Aceito para publicação em: 03/02/2022

